

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Eólica Ibirapuitã S.A.
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Ibirapuitã S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Ibirapuitã S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de maio de 2018 sem modificações.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

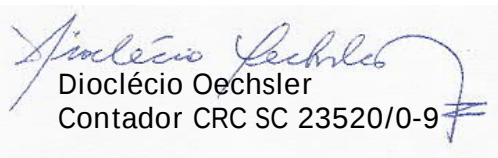


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SC 000202/F-1


Dioclécio Oechsler
Contador CRC SC 23520/0-9

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais mil)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017		Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.417	3.804	Empréstimos e financiamentos	8	3.540	3.904
Contas a receber de clientes	4	1.072	1.809	Fornecedores	9	1.761	6.458
Impostos a recuperar	5	1.057	2.896	Obrigações sociais e trabalhistas		8	-
Despesas antecipadas		181	35	Obrigações tributárias	10	449	2.905
		5.727	8.544	Provisões passivas	11	426	457
				Partes Relacionadas	13	32	-
				Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	12	-	894
				Dividendos a Pagar	14b	4.965	-
				Outras contas a pagar		17	-
						11.198	14.618
Não circulante				Não circulante			
Fundos Vinculados	6	3.187	3.028	Partes Relacionadas	13	4	296
Partes Relacionadas	13	102	-	Penalidades contratuais - Weg		11	-
Depósitos Judiciais		18	18	Empréstimos e financiamentos	8	35.423	38.155
Imobilizado	7	122.212	109.601	Adiantamento para futuro aumento de capital -AFAC		-	4.660
Intangível		334	334	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	12	4.028	3.556
		125.853	112.981			39.466	46.667
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	64.976	177.006
				Prejuízos acumulados		-	(116.766)
				Reserva de lucros		14.895	-
				Reserva Legal		1.045	-
						80.916	60.240
Total do ativo		131.580	121.525	Total do passivo e do patrimônio líquido		131.580	121.525

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais mil)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de vendas	15	19.659	27.796
(-) Custo de operação	16	(11.200)	(14.590)
(=) Lucro bruto		8.459	13.206
(+) (-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(639)	(1.623)
Reversão de perdas do valor recuperável	17	18.510	4.487
Receitas financeiras	18	279	912
Despesas financeiras	18	(5.772)	(4.039)
Outras receitas/(despesas) operacionais	19	653	(97)
(=) Lucro antes das provisões tributárias		21.490	12.846
Imposto de renda e contribuição social	20	(585)	(2.624)
(=) Lucro líquido do exercício		20.905	10.222

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais mil)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	20.905	10.222
Instrumentos financeiros	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	20.905	10.222
Total do resultado abrangente atribuível a:		
Acionistas da Companhia	20.905	10.222
	20.905	10.222

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais mil)

	Capital social integralizado	Reserva Legal	Reserva de lucros	(Prejuizos)/lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	177.006	-	-	(126.988)	50.018
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.222	10.222
Saldos em 31 de dezembro de 2017	177.006	-	-	(116.766)	60.240
Aumento de Capital	4.736	-	-	-	4.736
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.905	20.905
Reserva legal	-	1.045	-	(1.045)	-
Reserva de lucros	-	-	14.895	(14.895)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(4.965)	(4.965)
Redução de capital	(116.766)	-	-	116.766	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	64.976	1.045	14.895	-	80.916

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações dos fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais mil)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício antes dos impostos	21.490	10.222
Itens que não afetam o caixa operacional		
Reversão de perdas do valor recuperável	(18.510)	(4.487)
Depreciações e amortizações	6.470	6.254
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	(421)	2.760
Custo de captação do empréstimo	29	(28)
Outras receitas	653	-
Encargos Financeiros	3.866	4.026
	13.577	18.747
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	737	86
Impostos a recuperar	1.839	1.747
Despesas pagas antecipadamente	(146)	81
Fornecedores	(4.697)	(13.066)
Provisões passivas	(31)	(453)
Obrigações trabalhistas e sociais	8	-
Obrigações tributárias	167	3.626
Adiantamento de clientes	-	(8)
Outro passivos circulantes e não circulantes	28	-
Caixa líquido das atividades operacionais	11.482	10.760
Juros pagos	(3.193)	(3.470)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.425)	(724)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	4.864	6.566
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado/intangível/Investimentos	(571)	(1.260)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(571)	(1.260)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Operações com Partes Relacionadas	(286)	2.143
Pagamento empréstimos - principal	(3.761)	(3.404)
Integralização de capital	(4.736)	-
Pagamento mútuo	4.262	-
Fundos vinculados	(159)	(872)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(4.680)	(2.133)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(387)	3.173
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.804	631
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.417	3.804
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(387)	3.173

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Eólica Ibirapuitã S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal em Florianópolis/SC.

A Companhia faz parte do Complexo Eólico de Livramento, sendo uma subsidiária integral da Livramento Holding S.A., tendo sido criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul S.A., com a Fundação Elos e com o Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul.

Em 16 de março de 2016 a gestora de recursos Brasil Plural assumiu a gestão do Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, o qual passou a se chamar Brasil Energia - Fundo de Investimento em Participações.

O Parque Ibirapuitã possui 25,2 MW médios de potência instalada com um total de 11,7 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Conforme exigido pelo Leilão, para implantação e exploração do parque Eólico Ibirapuitã foi constituída uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para se estabelecer como Produtora Independente de Energia Elétrica.

As atividades do Parque Eólico Ibirapuitã se iniciaram em dezembro de 2011, quando ocorreram os primeiros aportes de capital pela holding para fazer frente às primeiras despesas com as obras de implantação do parque eólico e algumas despesas administrativas iniciais.

Em novembro de 2014, foi efetuada a troca do fornecedor dos aerogeradores do parque, por insuficiência operacional da WPE Windpower. A WEG Equipamentos Elétricos S.A. foi a nova fornecedora dos 12 Aerogeradores contratado para entrega dos parques até maio de 2015. As atividades de implantação da Central Geradora Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., se encerraram em julho de 2015. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2018 a central eólica encontra-se em operação comercial.

1.1. Continuidade operacional

A Administração entende que as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia.

Dentre as medidas adotadas para alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações, em 24 de março de 2017 a Companhia aderiu junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD - ("CCEE A0" abril a dezembro/2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica de todos os contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado e com posterior recontração no Mercado Livre. Em 24 de abril de 2017, a CCEE divulgou o resultado desse MCSD em que a Companhia foi contemplada com a descontração de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Adicionalmente, em maio de 2017 a Companhia aderiu ao MCSD A4+, objetivando a rescisão de 100% dos montantes de energia elétrica dos contratos firmados no ACR. Novamente a Companhia foi contemplada com a descontração total e a consequente rescisão de 100% dos contratos firmados junto às Distribuidoras no Leilão A-3 de 17 de agosto de 2011. Parte da energia descontraída de forma permanente foi vendida em leilão privado de longo prazo realizado pela Companhia, com fornecimento de energia pelo período de janeiro de 2018 a dezembro de 2031.

O objetivo da Companhia ao participar do mecanismo foi a possibilidade de reduzir de maneira significativa o risco da geração devido à sazonalidade dos ventos, bem como o alinhamento do volume contratado com a Garantia Física do parque eólico Ibirapuitã. Além disso, a Companhia negociou a venda de parte dessa energia no Mercado Livre a preços superiores aos valores dos contratos firmados com as Distribuidoras no ACR. Ainda de acordo com a energia gerada pelo Parque Ibirapuitã, será possível vender o excedente da produção medida mês a mês, o que vem acontecendo desde abril de 2017.

1.2. Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Conforme carta enviada para ANEEL, a capacidade instalada foi reduzida de 30.000 kW para 24.000 kW.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2019 e serão posteriormente ratificadas pela assembleia de acionistas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, intangível, provisões e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 foram reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

▪ Classificação – ativos e passivos financeiros;

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 31/12/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	239
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultados	3.178
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.072
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultados	3.187
Total de ativos financeiros			7.676
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	38.963
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	1.761
Total de passivos financeiros			40.724

▪ Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais.

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impacto na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

2.2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa serão estabelecidas quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

A Companhia não tem histórico de inadimplência.

2.2.4. Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

	Vida útil
Edificações obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.2.7. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.2.8. Reconhecimento de receita

O Pronunciamento Contábil CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o Pronunciamento Contábil CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo Pronunciamento estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar as obrigações de desempenho no contrato;
- Determinar o preço das transações;
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho;
- Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização no Ambiente de Comercialização Livre. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Administração da Companhia a entender que não há impactos significativos no reconhecimento da receita desde a entrada em vigência do novo Pronunciamento Contábil.

2.2.9. Imposto de renda e Contribuição social

Lucro Real

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

2.2.10. Mudanças em práticas contábeis

- Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018.

Em 1º de janeiro de 2018 entraram em vigor o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e o CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de Contratos com Clientes, a saber:

a) CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros:

O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) incluiu novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 (IAS 39).

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com a nova norma está demonstrada na Nota 21 - Instrumentos financeiros por categoria.

b) CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente:

O CPC 47 (IFRS 15) introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 (IFRS 15) substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos. A Nota 2.2.8 acima descreve os diferentes tipos de receita da Companhia e a forma de reconhecimento de cada uma destas receitas.

- Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

As seguintes normas e interpretações foram emitidas ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com o documento correlato emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia às aplicará apenas na data de sua adoção inicial.

a) CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia pretende aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Os ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamento no momento da adoção.

b) ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Contas correntes	239	785
Aplicações financeiras	3.178	3.019
	<u>3.417</u>	<u>3.804</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de Depósito Bancário e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3.

A Empresa tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia.

4. Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de venda de energia	1.062	1.861
Outros recebimentos	-	(63)
Venda de energia	10	11
	<u>1.072</u>	<u>1.809</u>

Em 31 dezembro de 2018, o saldo de provisão de venda de energia refere-se a estimativa para o mês de dezembro, uma vez que as faturas da energia geradas no mês, são emitidas no mês subsequente, ou seja, a geração de energia do mês de dezembro será faturada nos primeiros dias de janeiro de 2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

5. Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
PIS a compensar	202	356
COFINS a compensar	778	1.469
IRRF sobre aplicação	52	41
IRRF a recuperar	3	-
Outros	22	1.030
	<u>1.057</u>	<u>2.896</u>

6. Fundos vinculados

	31/12/2018	31/12/2017
Aplicação Bradesco DI - O&M	566	538
Aplicação Bradesco DI - Serviço da dívida	2.621	2.490
	<u>3.187</u>	<u>3.028</u>

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. A totalidade da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira em decorrência de empréstimos tomados. As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

7. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo em 31/12/2018	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.344	(925)	7.419	7.605
Máquinas e equipamentos	3,80	126.678	(19.252)	107.426	113.499
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	3,80	12.649	(1.389)	11.260	11.537
(-) Impairment (a)		(10.122)	-	(10.122)	(28.632)
Em curso					
Geração					
A ratear		46	-	46	-
Material em depósito		6.183	-	6.183	5.592
Adiantamento a fornecedores		19.987	-	19.987	19.987
(-) Provisão para perda		(19.987)	-	(19.987)	(19.987)
Total Imobilizado		<u>143.778</u>	<u>(21.566)</u>	<u>122.212</u>	<u>109.601</u>

As taxas utilizadas para depreciação do imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela ANEEL.

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado para o exercício de 2018:

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2017	Aquisições	Reversão de Impairment	Depreciação	Transferências	31/12/2018
Em serviço						
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.605			(277)	91	7.419
Máquinas e equipamentos	113.499			(5.776)	(297)	107.426
Sistema de transmissão de conexão						
Máquinas e equipamentos	11.537			(417)	140	11.260
Impairment (a)	(28.632)		18.510			(10.122)
Em curso						
A ratear		10			36	46
Adiantamento de fornecedores	19.987					19.987
Material em depósito	5.592	561			30	6.183
(-) Provisão para perda	(19.987)					(19.987)
Total imobilizado	<u>109.601</u>	<u>571</u>	<u>18.510</u>	<u>(6.470)</u>	<u>-</u>	<u>122.212</u>
Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2016	Aquisições	Reversão de Impairment	Depreciação	31/12/2017	
Em serviço						
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	7.974			(369)	7.605	
Máquinas e equipamentos	117.568	1.260		(5.329)	113.499	
Sistema de transmissão de conexão						
Máquinas e equipamentos	12.093			(556)	11.537	
Impairment (a)	(33.119)		4.487		(28.632)	
Em curso						
Adiantamento de fornecedores	19.987				19.987	
Material em depósito	5.592				5.592	
(-) Provisão para perda	(19.987)				(19.987)	
Total imobilizado	<u>110.108</u>	<u>1.260</u>	<u>4.487</u>	<u>(6.254)</u>	<u>109.601</u>	

a. Adiantamento a fornecedores

Em 07 de fevereiro de 2014, a Companhia e suas coligadas firmaram um aditivo ao contrato de empreitada integral a preço global para implantação dos projetos eólicos com a Wind Power Energia S.A.

Em 6 de junho de 2015, foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A.; a Eólica Ibirapuitã S.A.; a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com crédito de R\$ 239.974. A Companhia apresentou impugnação à lista do administrador judicial para majorar o crédito da Companhia para R\$ 307.437, porém ainda não há uma decisão sobre o processo.

Em decorrência do não cumprimento das obrigações por parte da contratada Wind Power, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi constituída uma provisão integral no crédito com este fornecedor.

b. Impairment

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2018, avaliação individual de sua Unidade Geradora de Caixa (UGCs quanto aos aspectos do impairment. A Companhia classificou seu projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida (conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1.2.).

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O impairment está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Para as UGCs que não possuem fluxo de caixa, o valor recuperável foi estimado com base no valor de venda dos ativos remanescentes.

Anualmente a Companhia revisa as premissas e resultados, o que gera complemento ou reversões de Impairment. As reversões de impairment em 2018 decorrem principalmente dos efeitos positivos do processo de descontratação de energia através do mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com a oferta de descontratação total dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, de abril a dezembro de 2017 (CCEE A “0”) e 2018 até o final dos contratos (CCEE A “4+”).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Assim, considerando os recentes resultados e as premissas adotadas, apresentada a seguir, foi constatado que além de reduzir a provisão registrada e cessar a necessidade de provisão para energia reduzida e a aquisição de energia, a desconstratação elevou o montante das receitas futuras.

c. Principais premissas adotadas

	2018
Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	7,48% pós-tax
Preço da receita	De acordo com os contratos de CCEAL vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
PIS e COFINS	3,65% sobre a receita bruta (SPEs são optantes pelo lucro presumido)
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta
Depreciação	De acordo com as taxas ANEEL
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do fluxo de caixa	Prazos das autorizações
Índice de geração	92% da garantia física

8. Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	31/12/2018	31/12/2017
BNDES - Principal	39.122	41.871
BNDES - Encargos	166	541
BNDES - Custo de captação	(325)	(353)
	<u>38.963</u>	<u>42.059</u>
Circulante	3.540	3.904
Não circulante	35.423	38.155

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Saldo no início do exercício	3.904	3.522
Transferências do não circulante	2.732	3.673
Amortização (principal e encargos)	(6.991)	(6.874)
Encargos	3.866	3.597
Amortização do Custo de Captação	29	28
Saldo final do exercício	<u>3.540</u>	<u>3.904</u>
Não circulante		
Saldo no início do exercício	38.155	41.413
Empréstimos obtidos	-	-
Encargos	-	429
Custo de captação do empréstimo	-	(325)
Transferências para o circulante	(2.732)	(3.687)
Saldo final do exercício	<u>35.423</u>	<u>38.155</u>
	<u>38.963</u>	<u>42.059</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 35.423. Em 29 de dezembro de 2017 foi assinado novo contrato de financiamento com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social, o qual determinou que os saldos deixassem de ser atualizados pela TJLP + 2,18% a.a. e a partir da adoção do novo contato os encargos passariam para TJLP + 3,27% a.a. (o montante correspondente à parcela de TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos). Além disso, haverá a troca dos recebíveis oriundos do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para os negociados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia ofereceu, a título de garantias, além dos recebíveis, os seguintes instrumentos: alienação fiduciária de bens e equipamentos, a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia e valores caucionados em contas reservas.

A Companhia possui covenants (cláusulas restritivas) de financiamentos exigidos após o início do prazo de amortização correspondente à apuração de um “Índice de cobertura do serviço da dívida” $\geq$ 1,3 ao final do exercício, o qual foi cumprido pela Companhia em 2018.

9. Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais e serviços a pagar	1.652	345
WEG Equipamentos elétricos S.A. (a)	-	6.004
TUST provisão	109	109
	<u>1.761</u>	<u>6.458</u>

- (a) A Companhia firmou termo aditivo com WEG a fim de determinar o valor e prazo de pagamento do saldo remanescente referente ao contrato do fornecimento, montagem e comissionamento dos aerogeradores. O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2017, todo no circulante devia-se as parcelas mensais e finais e a última liquidada em 30 de abril de 2018.

10. Obrigações tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
ISS a pagar	1	1
CSRF a pagar	8	7
IRRF a pagar	-	5
INSS retido a pagar	51	43
IRPJ sobre a receita	232	1.910
CSLL sobre a receita	42	696
PIS sobre a receita	19	43
COFINS sobre a receita	87	200
ICMS a pagar	9	-
	<u>449</u>	<u>2.905</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

11. Provisões passivas

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de engenharia	426	457
	<u>426</u>	<u>457</u>

As provisões passivas referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial do empreendimento. Os referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial do empreendimento.

12. Ressarcimento Contrato CCEAR

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, os contratos firmados no ambiente regulado foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pela Eólicas do Sul, e não há mais o risco do crescimento desta provisão de ressarcimento por geração reduzida devido a uma performance abaixo do previsto na produção de energia.

O saldo remanescente dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) que havia sido previsto pela administração até o exercício findo em 2017 é diferente do divulgado como oficial pela CCEE em 2018. Basicamente a divergência numérica para maior está na data base do PLD médio utilizado. Pela leitura dos contratos, a Companhia utiliza 31 de março de 2017, data em que não há mais a obrigação de entrega de energia ao ambiente regulado, ao passo que a Câmara de Energia utiliza 31 de dezembro de 2017. A Companhia está discutindo, ainda de forma administrativa, mas para efeito de provisões no passivo de longo prazo, o que está registrado na data base dezembro de 2018 é o montante calculado pela Administração. Os valores a serem ressarcidos às distribuidoras serão objeto de negociação bilateral e estão sendo atualizados à IPCA.

	31/12/2018	31/12/2017
Faturamento sazonal	-	3.209
Geração de energia	-	(2.090)
Ressarcimento líquido	-	<u>1.119</u>
(+) Variação do PLD	-	539
Ressarcimento bruto	<u></u>	<u>1.659</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Saldo início do exercício	894	894
Transferência Longo prazo	(894)	-
Ressarcimento ano anterior	-	-
Ajuste ressarcimento ano anterior	-	-
Saldo no final do exercício	-	894
Não circulante		
Saldo início do exercício	3.556	1.690
Transferência	894	-
Geração reduzida (acima de 10%)	-	765
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado (a)	(422)	1.101
Saldo no final do exercício	4.028	3.556

(a) Ajuste do ressarcimento conforme PLD quadrienal atualizado.

13. Partes relacionadas

Contas a receber	Natureza	31/12/2018	31/12/2017
Livramento Holding	Créditos a receber	102	-
		102	-
Contas a pagar	Natureza	31/12/2018	31/12/2017
Livramento Holding	Despesas a reembolsar	36	296
		36	296
Circulante		32	-
Não circulante		4	296

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2018, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 155 (R\$ 400 em 31 de dezembro de 2017), e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como a Companhia e suas controladas não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Adicionalmente, também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ações	%	Ações	%
Livramento Holding S.A	64.976	100	177.006	100
	64.976	100	177.006	100

Em 31 de dezembro de 2018 o Capital Social da Companhia é de R\$ 64.976 (177.006 em 31 de dezembro de 2017), representadas por ações ordinárias que não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertencente a acionistas domiciliados no país. As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

Em 18 de dezembro de 2018, a Companhia determinou um aumento de capital, integralizando o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) que estava em aberto, no montante de R\$ 4.736. Ainda nessa data, a Companhia efetuou redução de capital para absorção de prejuízos acumulados, no valor de R\$ 116.766, conforme Ata da reunião do Conselho Fiscal.

b. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de quaisquer espécies será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da Lei societária.

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	20.905
Reserva legal (5%)	(1.045)
Lucro líquido da reserva legal (25%)	19.860
Dividendos a distribuir	4.965

15. Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de venda de energia - Contrato CCEAR	-	5.253
Ressarcimento por geração reduzida	-	(1.119)
Penalidade - WEG	(43)	-
Energia Elétrica de curto prazo - CCEE	1.173	800
Receita de venda de energia - Comercialização	678	8.380
Receita de venda de energia - MCS D	20.276	18.532
Deduções da receita bruta		
PIS	(422)	(711)
COFINS	(1.943)	(3.275)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(59)	(64)
Receita líquida operacional	19.659	27.796

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

16. Custo de operação

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de terceiros	(3.461)	(3.014)
Compra de energia elétrica para revenda	-	(257)
Ressarcimento por geração reduzida - CCEAR (nota 12)	422	(539)
Encargos de uso da Transmissão	(1.201)	(1.175)
Depreciação	(6.470)	(6.485)
Arrendamentos	(207)	(228)
Seguros	(62)	(254)
Pessoal e Administradores	(204)	(356)
Variação do PLD médio sobre o saldo de provisão acumulado	-	(1.101)
Outros	(17)	(1.181)
	<u>(11.200)</u>	<u>(14.590)</u>

17. Despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal e Administradores	(29)	(831)
Serviços de terceiros	(586)	(753)
Arrendamentos	(1)	(39)
Reversão do Impairment (nota 7)	18.510	4.487
Despesas gerais e administrativas	(23)	-
	<u>17.871</u>	<u>2.864</u>
 Despesas gerais e administrativas	 (639)	 (1.623)
Impairment	18.510	4.487
	<u>17.871</u>	<u>2.864</u>

18. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas de aplicações financeiras	279	626
Outras receitas financeiras	-	286
Receitas financeiras	<u>279</u>	<u>912</u>
 Encargos da dívida	 (3.895)	 (4.026)
Multas e juros contratuais	(991)	-
Despesas bancárias	(62)	(13)
Juros e multa	(6)	-
IOF	(1)	-
Tarifa prestação fiança	(586)	-
Outras despesas financeiras	(231)	-
Despesas financeiras	<u>(5.772)</u>	<u>(4.039)</u>
 Total líquido	 <u>(5.493)</u>	 <u>(3.127)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

19. Outras receitas/(despesas) operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Venda de imobilizado	658	-
Recuperação de despesas	(5)	38
Outras despesas	-	(135)
	<u>653</u>	<u>(97)</u>

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

20.1. Tributos correntes

A Companhia apurou o imposto de renda e a contribuição social a pagar de acordo com o regime do 'lucro real'. Neste regime, o lucro operacional tributável é ajustado por adições ou exclusões de acordo com a legislação vigente.

O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável, acrescido do adicional de 10%. A contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro fiscal (lucro contábil deduzido de exclusões e adições previstas na legislação brasileira) tributável. Consequentemente, representam uma taxa de 34% para 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro(Prejuízo) antes do IR e CSLL	21.490	12.846
Alíquota nominal combinada do Imposto de Renda e Contribuição Social	34%	34%
Imposto de renda e Contribuição social às alíquotas da legislação	(7.307)	(4.368)
Outras exclusões	6.722	1.744
Imposto de Renda e Contribuição Social Líquidos	<u>(585)</u>	<u>(2.624)</u>

20.2. Tributos diferidos

A Companhia acumula prejuízos fiscais que não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente e, portanto, ensejariam o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas. Dessa forma, a Companhia aguarda a melhor oportunidade de utilização desses créditos para então fazer seu reconhecimento.

21. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	31/12/2018		31/12/2017	
		Valor	Hierarquia	Valor	Hierarquia
Ativos financeiros mensurados a valor justo					
Valor justo por meio do resultado:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.417	Nível 2	3.804	Nível 2
		<u>3.417</u>		<u>3.804</u>	

(*) Essas aplicações financeiras são classificadas como Valor Justo por Meio de Resultado - VJR, em virtude de sua taxa de remuneração ser baseada na variação do CDI, não há alterações significativas entre o valor apresentado e o seu valor justo.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros não mensurados a valor justo			
Custo amortizado:			
Contas a receber de clientes	4	1.072	1.809
		<u>1.072</u>	<u>1.809</u>
Passivos financeiros não mensurados a valor justo			
Custo amortizado:			
Empréstimos e financiamentos	8	38.963	42.059
Fornecedores	9	1.761	6.458
Dividendos	14b	4.965	-
		<u>45.689</u>	<u>48.517</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

b. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2018. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

Índices	Taxa 2018 (%)		Cenário possível Δ 25%	Cenário remoto Δ 50%	
CDI	6,50		4,88%	3,25%	
TJLP	7,03		8,79%	10,55%	
	Saldo em 31/12/2018	Exposição		Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Ativo (redução)					
Fundos Vinculados	3.187	CDI		155	104
Passivo (aumento)					
Empréstimos e Financiamentos	38.963	TJLP		3.424	4.109

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

Os objetivos da Companhia e suas controladas são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

22. Contingências

Em 31 de dezembro de 2018, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam, nas esferas judicial e administrativa, processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia como de risco possível, provável e remoto de materialização. Os valores referentes aos processos considerados de risco provável estão previstos nos passivos da Companhia.

A Empresa é parte em ações cíveis e administrativas e outros assuntos no valor total de R\$ 290, os quais com fundamento na opinião dos seus assessores jurídicos possuem probabilidade de perda possível e, consequentemente, não foi constituída provisão para contingências. Os processos de risco possível e aqueles que a Companhia entende que merecem destaque serão a seguir detalhados.

Em decorrência de demandas nas quais se encontra envolvida, a Companhia efetuou depósitos judiciais que possuem o saldo de R\$ 18 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 18 em 31 dezembro de 2017).

a. Impactos da REN n° 719/2016 (alteração da REN n° 595/2013)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN n° 719/2016 da ANEEL que, entre outras alterações, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluem mudanças na REN n° 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada à característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso. Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Ressarcimento esse que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, utiliza-se para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o atraso na aplicação da REN nº 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN nº 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 5.328 para a Companhia.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessores jurídicos externos, ingressou com liminar para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. Na avaliação da Administração, a probabilidade de êxito é provável. Dessa forma, conservadoramente, nenhuma provisão contábil foi constituída nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

b. Ação de Reparação por Perdas e Danos – Geonaturae (Perda possível)

Em julho de 2018 a empresa Geonaturae Comércio de Serviços Ambientais Ltda. ingressou com Ação de Reparação por Perdas e Danos, solicitando o pagamento de R\$ 248.400,06, a título de perdas e danos, acrescido de juros e correção monetária, em função da quebra do contrato firmado com a Eólica Ibirapuitã S.A., em virtude da sua rescisão.

c. Autos de Infração – REIDI (Êxito possível)

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) autuou a Companhia, aplicando multa regulamentar em decorrência de suposto descumprimento de obrigação acessória no âmbito do REIDI (Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura). A tese central da defesa referente à multa se refere ao fato de que as empresas haviam comunicado, por equívoco, o encerramento da obra em data incorreta, razão pela qual, na visão da RFB, o prazo legalmente previsto na legislação do REIDI teria sido desobservado. E o equívoco do contribuinte estaria no fato de que, à época, as obras não haviam se encerrado, daí porque a multa seria incabível. O valor do auto de infração é de R\$ 39.000,00. Foram apresentadas impugnações administrativas, que estão aguardando julgamento na Delegacia Regional de Julgamento (DRJ).

d. Reclamatórias Trabalhistas (Perda possível)

A Companhia possui duas reclamatórias trabalhistas, de funcionários de empresas que lhe prestaram serviço, possuindo responsabilidade subsidiária. O valor estimado somado das referidas ações é de R\$ 18.000,00, sendo certo que o valor pode ser aumentado em fase de liquidação de sentença.

e. Requerimento Administrativo – ANEEL (Êxito provável)

Em 06 de julho de 2018, a Eólica Ibirapuitã S.A. protocolou junto à ANEEL Requerimento Administrativo, que tinha por objetivo a revisão dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs registrados em 2017 que, num primeiro momento, tiveram o seu volume reduzido para o período compreendido entre 01 de abril e 31 de dezembro de 2017, suspendendo a possibilidade de entrega de energia nesse período e, posteriormente, foram integralmente rescindidos, encerrando suas obrigações contratuais quanto à entrega de energia para os agentes compradores. Tais situações foram possíveis em virtude do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD): MCSD de Energia Nova A-0 e MCSD Energia Nova A4+.

O Requerimento Administrativo acima descrito apresenta os argumentos da empresa no sentido de que o cálculo do ressarcimento deve considerar a referência de preço médio do PLD aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia, qual seja até 31 de março de 2017 e não até dezembro do mesmo ano, conforme o cálculo apresentado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). No entanto, referido Requerimento foi negado pela Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da ANEEL, conforme Despacho nº 2.141, de 19 de setembro de 2018.

Em 11 de janeiro de 2019 foi protocolado o Pedido de Anulação, elaborado por escritório especialista em demandas perante a ANEEL, que tem por finalidade a reversão da decisão tomada pela Agência, nos termos do Despacho anteriormente mencionado e a reapuração dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos CCEARs rescindidos em virtude do processamento do MCSD, de maneira a considerar a referência de preço aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia.

No entendimento do escritório que patrocina o processo administrativo perante a ANEEL a chance de sucesso é provável, o que significará uma redução dos valores contabilizados pela CCEE de R\$ 5.187.498,40 (calculado com PLD até dezembro de 2017) para R\$ 4.027.517,53. Desta forma, nos demonstrativos financeiros da empresa o valor considerado para o pagamento dos ressarcimentos devidos às distribuidoras é o calculado até março de 2017, conforme previsto na nota 12.